

301

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS TERNEIROS COMERCIALIZADOS NO RIO GRANDE DO SUL. *Maria Eugênia Andrighetto Canozzi, Luciana Fagundes Christofari, Ricardo Pedroso Oaigen, Tamara Esteves, Julio Otavio Jardim Barcellos (orient.) (UFRGS).*

No sul do Brasil, os terneiros são comercializados em leilões oficiais coordenados pelas associações de criadores, órgãos do governo estadual ou empresas privadas. Os lotes estão dispostos em pequenos currais, contendo os dados de identificação do proprietário e dos animais, permitindo uma observação prévia ao leilão por parte dos compradores. Após esta análise pelos interessados, os lotes de animais entram em pista para serem comercializados mediante oferta e venda pelo maior preço. O presente trabalho foi realizado a partir da coleta de dados referente ao processo de comercialização de terneiros em feiras do estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2004, 2005 e 2006. Foram coletadas informações de 1.726 lotes, totalizando 35.594 animais, em 6 municípios representando 3 regiões do estado, e em duas épocas do ano (outono e primavera). Através da utilização de planilhas no Excel foi feita a análise de cada lote com relação a sua origem e o seu destino. Os resultados demonstram que na primavera ocorreu uma maior liquidez do que no outono (96, 45 % x 86, 50%), sendo a relação maior em anos de oferta alta, como em 2004 (90% x 72%). Quanto às micro-regiões, nota-se que nas áreas da Campanha, que são tipicamente produtoras de terneiros e especializadas na produção de bovinos de corte, uma pequena parcela não permanece na região (33, 21%). Entretanto, em regiões onde a atividade de cria predomina, como na Serra do Sudeste, o percentual de animais que é comercializado para outras localidades é superior (51, 42%), principalmente para a Campanha e Depressão Central, onde predomina sistemas de integração lavoura-pecuária (arroz e soja) Em leilões realizados na região da Grande Porto Alegre, os animais não permanecem no município e tem como destino cidades próximas (47, 21%) e região litorânea do estado (37, 36%).